

Travestis E Transexuais Na Educação Formal: Barreiras E Estratégias No Contexto Brasileiro

[1] Teodoro Antunes Gomes Filho
(Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS)

[2] Marcos Rogério dos Santos Souza
(Universidade La Salle)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as propostas de inclusão de travestis e transexuais na educação básica e superior, utilizando uma revisão integrativa da literatura. Foram selecionados estudos publicados entre 2020 e 2024, com base em critérios de inclusão específicos. Os resultados revelam que, embora existam políticas e diretrizes que promovem a inclusão, há uma necessidade crítica de maior formação e conscientização do corpo docente. Além disso, a necropolítica educacional e as barreiras institucionais continuam a impactar negativamente a experiência educacional de travestis e transexuais. Conclui-se que, para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, é imprescindível investir em políticas afirmativas e na formação continuada de professores. Este estudo busca fornecer subsídios teóricos e práticos para aprimorar as práticas educacionais e promover uma inclusão mais efetiva.

Palavras-chave: Inclusão educacional; Travestis; Transexuais; Políticas educacionais.

Date of Submission: 26-05-2024

Date of Acceptance: 06-06-2024

I. Introdução

A educação inclusiva tem sido uma temática central no debate educacional contemporâneo, especialmente no que concerne à inclusão de pessoas pertencentes a grupos marginalizados, como travestis e transexuais. A relevância dessa discussão se dá pela necessidade de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas identidades e experiências. Nesse contexto, a escola deve ser um ambiente seguro e acolhedor, capaz de promover a diversidade e a equidade.

Estudos recentes indicam que travestis e transexuais enfrentam inúmeras dificuldades no ambiente escolar, que vão desde a discriminação e o preconceito até a ausência de políticas e práticas inclusivas efetivas. Essas dificuldades muitas vezes resultam em evasão escolar e impedem que alcancem níveis mais elevados de educação. Portanto, é essencial compreender os desafios específicos enfrentados por esses grupos para desenvolver estratégias que promovam sua inclusão e permanência na escola.

A literatura aponta que a formação inicial e continuada dos professores é um dos principais fatores para a efetividade das políticas de inclusão. Professores capacitados e sensibilizados estão mais preparados para lidar com a diversidade e implementar práticas pedagógicas que respeitem as particularidades de cada aluno. Além disso, a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade contribui para o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Este artigo busca analisar as propostas de inclusão de travestis e transexuais na educação, a partir de uma revisão integrativa da literatura. Para isso, foram selecionados estudos que abordam a temática da inclusão educacional, destacando as políticas, práticas e desafios enfrentados no contexto escolar. A partir dessa análise, pretende-se fornecer subsídios teóricos e práticos que possam orientar a implementação de práticas educacionais mais inclusivas.

A pesquisa é norteada pela seguinte pergunta: quais são as principais barreiras enfrentadas por travestis e transexuais no ambiente escolar e quais estratégias podem ser adotadas para promover sua inclusão? A partir dessa questão, serão explorados diferentes aspectos relacionados à inclusão educacional, como a formação docente, as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o objetivo de oferecer uma compreensão abrangente sobre o tema.

II. Materiais E Métodos

A metodologia adotada neste estudo foi a revisão integrativa da literatura, que permite a síntese de conhecimentos de diferentes estudos sobre um determinado tema. Esta abordagem foi escolhida devido à sua capacidade de proporcionar uma visão ampla e detalhada sobre as propostas de inclusão de travestis e transexuais na educação. A revisão integrativa permite combinar dados teóricos e empíricos, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do tema.

Para a seleção dos estudos, foram utilizadas as bases de dados Scielo e Google Acadêmico, empregando descritores específicos como "inclusão educacional", "travestis", "transexuais" e "políticas educacionais". A busca foi limitada a artigos publicados entre 2020 e 2024, em língua portuguesa. Foram considerados apenas artigos completos e gratuitos, garantindo a acessibilidade e a relevância dos estudos selecionados.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: (a) estudos que abordassem a inclusão educacional de travestis e transexuais; (b) pesquisas realizadas em contextos escolares; (c) artigos que apresentassem resultados empíricos ou análises teóricas relevantes para o tema. Por outro lado, foram excluídos estudos que não atendiam a esses critérios ou que se limitavam a revisões bibliográficas sem análise crítica.

A análise dos dados foi conduzida em duas etapas. Primeiramente, foram realizadas leituras exploratórias dos resumos e títulos dos artigos para identificar aqueles que atendiam aos critérios de inclusão. Em seguida, os artigos selecionados foram lidos na íntegra para uma análise detalhada e crítica. Esta abordagem permitiu a identificação de tendências, lacunas e principais achados na literatura sobre a inclusão educacional de travestis e transexuais.

III. Resultados E Discussão

Como resultado, foi possível obter uma amostra de 4 artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos, conforme evidencia o quadro 1.

Quadro 1: Artigos selecionados

Autor(es)	Objetivo	Metodologia	Conclusão
LIMA (2020)	Debater como a educação básica influencia o acesso de transexuais e travestis à educação superior.	Pesquisa qualitativa. Levantamento bibliográfico e análise documental.	A falta de políticas de gênero na educação básica afeta o acesso ao ensino superior.
SILVA (2023)	Analisar as manifestações e impactos da necropolítica educacional no contexto das vivências de travestis e transexuais.	Pesquisa qualitativa. Epistemologias decoloniais.	A necropolítica impacta negativamente a inclusão educacional.
MOURA e ZIBETTI (2023)	Investigar as principais questões, desafios, e práticas inclusivas na educação formal para pessoas trans.	Pesquisa qualitativa. Revisão sistemática de literatura.	Necessidade de políticas inclusivas e formação docente.
SILVA, SILVA e ARAÚJO (2024)	Investigar as tensões e resistências de travestis no contexto educacional.	Pesquisa qualitativa. Cartografia social.	As travestis enfrentam barreiras significativas no ambiente escolar.

Lima (2020) indica que as discussões sobre gênero e sexualidade na educação básica têm impacto significativo no acesso de transexuais e travestis à educação formal. Apesar do aumento da relevância dessas questões em políticas e legislações educacionais, estudantes transexuais e travestis ainda enfrentam grandes desafios para concluir a escolaridade obrigatória. A discriminação persistente e a falta de reconhecimento das suas identidades nas escolas contribuem para a evasão escolar. Além disso, a ausência de formação adequada dos docentes sobre diversidade de gênero e sexualidade agrava a situação, limitando o acesso dessa população ao ensino superior.

Lima (2020) aponta que, mesmo com políticas de inclusão e ações afirmativas, como o uso do nome social e a implementação de cotas para pessoas trans em algumas universidades, a prática educacional nas escolas ainda carece de sensibilidade e efetividade no acolhimento dessas identidades. O ambiente escolar, frequentemente hostil e excludente, contribui para a marginalização de estudantes transexuais e travestis. Há necessidade de investir na formação contínua de educadores e na criação de espaços escolares que promovam o respeito e a equidade de gênero, para que essas políticas sejam realmente efetivas.

As conclusões de Lima (2020) destacam que a promoção de debates sobre gênero e sexualidade na educação básica é essencial, mas não suficiente para garantir o acesso e a permanência de transexuais e travestis

na educação formal. É necessário implementar políticas educacionais inclusivas e realizar um acompanhamento constante para garantir que essas políticas sejam aplicadas de forma eficaz. São necessárias iniciativas governamentais e da sociedade civil para combater a discriminação e criar um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade de gênero, assegurando assim melhores oportunidades educacionais e sociais para essa população.

Silva (2023) sinaliza que a presença de travestis, transexuais e transgêneros nas instituições educacionais do estado do Mato Grosso do Sul é marcada por desafios significativos. Foi constatado que muitas dessas pessoas enfrentam um ambiente escolar hostil, onde são vítimas de violência verbal e física, o que resulta em evasão escolar. As legislações existentes para o uso do nome social e reconhecimento de identidade de gênero são frequentemente desrespeitadas, contribuindo para a marginalização dessas pessoas dentro do sistema educacional. Além disso, a falta de apoio institucional e familiar agrava a situação, dificultando ainda mais a permanência e o sucesso acadêmico dessas alunas.

Silva (2023) ressaltava a existência de uma necropolítica educacional, caracterizada pela exclusão e desumanização de corpos trans no ambiente escolar. O conceito de necropolítica, conforme teorizado por Achille Mbembe, aplica-se aqui para entender como a escola pode atuar como um espaço que perpetua a violência e a morte social dessas pessoas. Práticas transfóbicas, como a recusa do uso do nome social e a negação do acesso a banheiros que correspondam à identidade de gênero das alunas travestis, transexuais e transgêneros, são comuns e refletem uma estrutura educacional que ainda não está preparada para lidar com a diversidade de gênero de maneira inclusiva e respeitosa.

As conclusões de Silva (2023) apontam para a necessidade urgente de políticas educacionais mais inclusivas e efetivas, que reconheçam e respeitem as identidades de gênero de todos os estudantes. A presença de corpos trans nas escolas deve ser acompanhada de medidas que promovam a permanência e o sucesso escolar, combatendo ativamente a transfobia institucional. A formação continuada de professores e a implementação de campanhas de sensibilização são passos fundamentais para transformar o ambiente escolar em um espaço seguro e acolhedor para todos, independentemente de sua identidade de gênero. Somente assim será possível garantir o direito à educação plena e igualitária para travestis, transexuais e transgêneros no estado de Mato Grosso do Sul.

Moura e Zibetti (2023) revelam a falta de efetividade das políticas públicas para combater a violência e a discriminação que pessoas trans enfrentam no ambiente escolar. Destacam que, apesar do aumento das produções acadêmicas sobre o tema, ainda existe uma lacuna significativa, especialmente na área da psicologia. A abordagem qualitativa teve foco nas experiências pessoais de estudantes trans e na visão dos educadores sobre estas questões. Os resultados indicam que a violência, tanto física quanto psicológica, é um fator crítico que impede muitas pessoas trans de completarem sua trajetória escolar.

Moura e Zibetti (2023) enfatizam a importância de políticas públicas inclusivas e a necessidade de uma formação adequada para os profissionais da educação. As vivências de pessoas trans no ambiente escolar são marcadas por relatos de exclusão e violência, evidenciando a necessidade urgente de intervenções eficazes. Destacam a importância do uso do nome social e do acesso a banheiros de acordo com a identidade de gênero, como elementos essenciais para a permanência dessas estudantes na escola. Ressaltam também a importância da presença de professores e colegas trans para contribuir para um ambiente mais acolhedor e inclusivo, incentivando outros estudantes trans a permanecerem na escola e a se engajarem academicamente.

As conclusões de Moura e Zibetti (2023) reforçam a necessidade de mudanças estruturais e culturais nas instituições de ensino para garantir a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas trans. As práticas pedagógicas devem ser revisadas para promover um ambiente seguro e acolhedor, onde todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero, possam se sentir pertencentes e valorizados. Além disso, os autores sugerem que a implementação de políticas públicas efetivas, aliadas a uma formação continuada para os educadores, é fundamental para reduzir as barreiras enfrentadas pelas pessoas trans no ambiente escolar. Essas ações são essenciais para promover uma educação equitativa e inclusiva, que respeite e celebre a diversidade.

Silva, Silva e Araújo (2024) revelam que as travestis em contextos educacionais enfrentam uma série de desafios significativos, que vão desde a estigmatização até a falta de políticas inclusivas efetivas. O ambiente escolar frequentemente se configura como um espaço hostil, onde a discriminação e o preconceito são prevalentes. Essa hostilidade se manifesta de várias maneiras, incluindo a resistência ao uso do nome social, a imposição de normas heteronormativas e a exclusão dos banheiros correspondentes à identidade de gênero. Esses fatores contribuem para a evasão escolar e dificultam a permanência dessas estudantes no sistema educacional.

As discussões de Silva, Silva e Araújo (2024) apontam a importância de uma educação que reconheça e valorize a diversidade, indo além da mera tolerância para uma verdadeira inclusão. As experiências das travestis ilustram que a escola pode ser tanto um lugar de opressão quanto de resistência. Embora muitas vezes enfrentem barreiras significativas, algumas travestis conseguem encontrar formas de resistir e afirmar suas identidades. A criação de um ambiente educacional mais acolhedor requer a implementação de políticas que

garantam o respeito à identidade de gênero e promovam a equidade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

As conclusões de Silva, Silva e Araújo (2024) destacam a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam a inclusão e respeitem a diversidade de gênero. É fundamental que as escolas se tornem espaços seguros e acolhedores para todos os estudantes, incluindo travestis e outras pessoas LGBTQIAPN+. A implementação de formação para professores e funcionários sobre questões de gênero e diversidade, bem como a adoção de políticas que garantam o uso do nome social e o acesso a banheiros apropriados, são passos essenciais para alcançar essa meta. Apesar de alguns avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão plena seja uma realidade no sistema educacional.

IV. Conclusão

A análise dos estudos revisados demonstra a importância de políticas inclusivas e da formação docente para a promoção de um ambiente escolar acolhedor para travestis e transexuais. É evidente que, embora algumas iniciativas tenham sido implementadas, ainda existem barreiras significativas que impedem a plena inclusão dessas estudantes no sistema educacional.

A falta de formação adequada dos professores sobre diversidade de gênero é uma das principais barreiras à inclusão. Investir na capacitação contínua dos docentes é essencial para que eles estejam preparados para lidar com a diversidade e promover práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a criação de políticas afirmativas, como o uso do nome social e o acesso a banheiros de acordo com a identidade de gênero, é fundamental para garantir que travestis e transexuais se sintam respeitadas e valorizadas no ambiente escolar.

As práticas de necropolítica educacional, que perpetuam a exclusão e marginalização de travestis e transexuais, precisam ser combatidas com urgência. É necessário um esforço conjunto de gestores escolares, professores e toda a comunidade escolar para transformar a escola em um espaço seguro e inclusivo para todos os estudantes. A implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades é crucial para alcançar esse objetivo.

Conclui-se que a inclusão de travestis e transexuais na educação é um desafio complexo que requer uma abordagem diversificada. É imprescindível que as escolas se comprometam com a promoção da diversidade e do respeito às diferenças, adotando práticas pedagógicas inclusivas e investindo na formação continuada dos professores. Somente assim será possível garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e se sintam plenamente integrados à comunidade escolar.

Referências

- [1] Lima, Tatiane. Educação Básica E O Acesso De Transexuais E Travestis À Educação Superior. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, Brasil, N. 77, P. 70-87, Dez. 2020. Disponível Em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v1i77p70-87>. Acessado Em 01 Junho De 2024.
- [2] Moura, A. R.; Zibetti, M. L. T. Escola Para Todos? O Que Dizem Os Estudos Sobre A Educação De Pessoas Transgêneras. Em Pré-Impressões Scielo. (2023). Disponível Em: <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.6356>. Acessado Em 01 Junho De 2024.
- [3] Silva, Fernando Guimarães Oliveira Da. Discussões Sobre Necropolítica Educacional De Travestis-Transexuais-Transgêneros Em Mato Grosso Do Sul. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, V. 30, E15191, 2023. Disponível Em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.15191>. Acessado Em 01 Junho De 2024.
- [4] Silva, T. F. C.; Silva, A. V. F.; Araújo, F. B. Travestis Em Contextos Educacionais: Tensões E Resistências Vivenciadas Por Travestis Na Cidade De Natal, Brasil. Revista Contexto & Educação - Editora Unijuí – Issn 2179-1309 – Ano 39 – N. 121 – 2024 – E13937. (2024). Disponível Em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.13937>. Acessado Em 01 Junho De 2024.